

CASCALHEIRA

“Acho um absurdo a mineradora do Storani”

A frase é do coordenador de Planejamento. Ele disse que defende a idéia de uma antiga cascalheira da prefeitura mas não a mineradora

MATA ATLÂNTICA

Conama rediscute anteprojeto polêmico

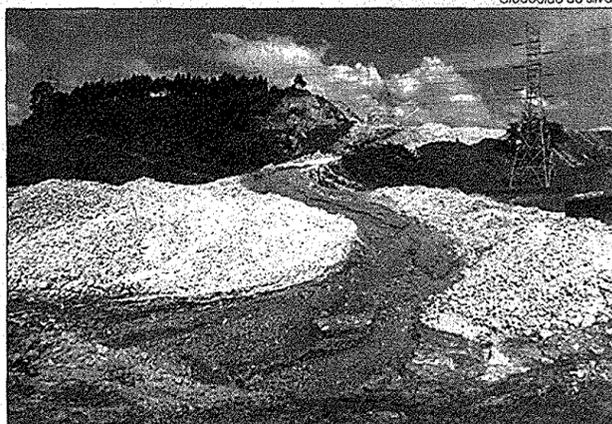
O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) volta a se reunir hoje, em Brasília, para discutir o polêmico anteprojeto da Mata Atlântica. Elaborado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Ibama, e apresentado pelo ministro do meio ambiente, Gustavo Krause, no dia 28 de junho, o anteprojeto pretende substituir o decreto 750, que atualmente protege a Mata Atlântica, como a Serra do Japi, e ecossistemas associados. A polêmica tem várias frentes e promete esquentar o clima político na capital federal.

Ambientalistas, pesquisadores e alguns governos estaduais rejeitam fortemente o texto do anteprojeto, porque ele reduz em cerca de 70% a área hoje protegida, deixando a descoberto as florestas do interior, mangues, restingas e formações vegetais abertas. O Ibama garante que não haverá desproteção e apresenta, na reunião de hoje, uma minuta de decreto contemplando esses ecossistemas, excluídos da definição de Mata Atlântica no anteprojeto. Os ambientalistas desconfiam dessa separação legal e querem a manutenção da proteção integral a todos os ecossistemas associados, conforme a legislação em vigor.

“O governo está equivocado nesta questão e está mal intencionado”, afirma o secretário do meio ambiente de São Paulo, Fábio Feldmann. Ele saiu em meio à operação-ródizio de São Paulo para ir à reunião do Conama. “Se há uma intenção de proteger o todo, na Mata Atlântica, não há justificativa para se elaborar projetos de lei separados para os diferentes ecossistemas”, acrescenta. Projetos de lei diferentes podem ser votados no Congresso Nacional com muito tempo de defasagem entre si, mesmo que tratem de assuntos complementares.

A desconfiança dos ambientalistas é ainda maior com relação à proposta do Ibama, de incluir mais oito membros na Câmara Técnica da Mata Atlântica, do Conama. A câmara é temporária e está sendo renovada. Até agora havia sete integrantes, com ampla maioria contrária ao anteprojeto. Os oito novos membros propostos alteram o consenso, em favor das mudanças legais. Eles seriam representantes dos ministérios da Marinha, da Agricultura e da Indústria, Comércio e Turismo; dos estados de Santa Catarina e Pernambuco; da Confederação Nacional da Agricultura, do Instituto Brasileiro de Siderurgia e da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente.

No plenário da Câmara dos Deputados, Franco Montoro (PSDB-SP) fez um discurso contra o anteprojeto proposto pelo Ibama. Em nome dos movimentos ambientalistas de todo o País e dos representantes de governos estaduais, Montoro apelou ao ministro do meio ambiente, no sentido de não permitir a redução da proteção à Mata Atlântica. Ele classificou o anteprojeto como um “retrocesso inadmissível” e um “atentado de incalculáveis prejuízos para a população brasileira e as gerações futuras”.



A cascalheira da fazenda Storani Del Porto

Regularização está se arrastando

O processo de regularização da mineradora da família Storani, na Fazenda Japi, passou pelas mãos do coordenador de Planejamento, Sérgio Del Porto Santos, há poucos dias. “Eu toquei para frente. Não aprovei nada. E, se voltar para minhas mãos, não vou aprovar”, disse Del Porto. “Na medida do possível, gostaria que aquilo fechasse”, explicou. A mineradora, popularmente conhecida como cascalheira, funciona com uma antiga autorização federal de lavra.

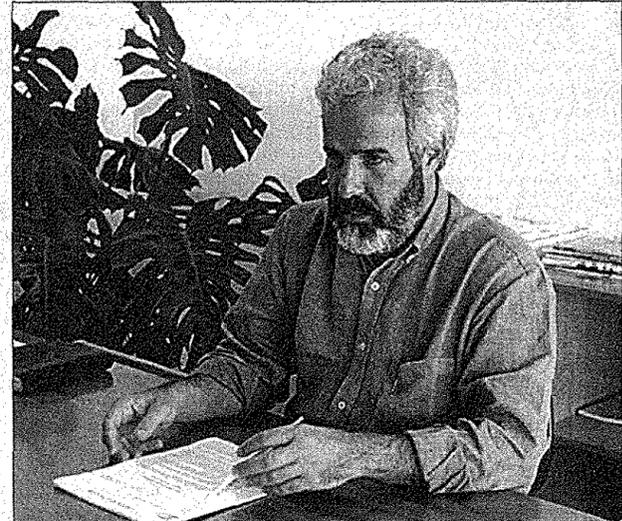
Del Porto garantiu que não há qualquer pressão da administração para que o processo de regularização municipal seja feito em favor da família Storani. “Eu sou amigo do João Storani. Mas não concordo com a mineradora da Serra”, disse o coordenador. “Toda vez que passo em frente ao local acho aquilo um absurdo”, completou. Del Porto tem um sítio no alto da serra e coordena um grupo de estu-

dos não-governamental onde estão sendo discutidas alternativas para proteção da área.

O cascalho é extraído com bombas de alta pressão e separado da terra com água. A Fazenda Japi tem tanques de decantação (que já estão saturados) para armazenar a terra retirada do morro. A mineradora (que ficou interditada durante a gestão Walmor Barbosa Martins) praticamente já destruiu um morro inteiro com o processo e tem autorização de lavra para outro morro ao lado, mais próximo ainda da área tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico (Condephaat). Há dois principais problemas apontados pelos ambientalistas no local: a poluição das águas do córrego do Moisés e a destruição dos contrafortes da Serra do Japi (contrafortes são uma espécie de alicerces da Serra).

O coordenador de Planejamento, Sérgio Del Porto Santos, afirmou ontem que não defende a exploração de cascalho na Serra do Japi pela família Storani. Ele disse que suas afirmações, publicadas na edição de ontem do JJ, foram feitas com respeito a uma antiga cascalheira da Prefeitura no bairro da Ermida. “Nunca defendi a mineradora. Acho a mineradora Storani um absurdo”, afirmou Del Porto. O coordenador atribui a confusão à pergunta, que pedia explicações sobre o fato de a prefeitura usar cascalho da Serra do Japi para asfaltar ruas. “Respondi pensando na antiga cascalheira”, disse.

Sérgio Del Porto Santos foi secretário de Finanças do primeiro governo André Benassi, período em que a administração usou cascalho de um terreno na fazenda Ermida, próximo de onde hoje existe um posto da Guarda Municipal para asfaltar ruas. “Defendo a idéia. Fui em mesmo que negocie com a viúva de Vail Chaves, Antonieta, a cessão do cascalho para a prefeitura. A cidade e c o n o m i z o u milhões de dólares e teve apenas que isentar de impostos por alguns anos uma das empresas de propriedade de Antonieta. Acho que fizemos isso corretamente. Afinal, causamos um dano ambiental de pequeno porte para asfaltar bairros inteiros”, disse. Para Del Porto, o asfalto é uma melhoria importante para o ambiente urbano.



Del Porto: “estava falando de outra cascalheira”

O coordenador de Planejamento, no entanto, reconhece que a Prefeitura não fez a recuperação ambiental da área como deveria ter sido feita. “Se a Prefeitura não recuperou a área (Del Porto diz que não sabe. A verdade é que nada foi feito no local) é um problema sério. E vou lutar para que isso aconteça. Afinal, com tudo que a Prefeitura economizou o local deveria ter sido todo recuperado”, afirma. “Mas que eu saiba, a Prefeitura nunca comprou cascalho da família Storani e não há qualquer pedido ou intervenção aqui dentro no sentido de favorecer a mineradora em qualquer assunto”, garante.

“Que eu saiba, a Prefeitura nunca comprou cascalho dos Storani”

Para entender

O coordenador do Planejamento, Sérgio Del Porto Santos, respondeu uma pergunta feita pela reportagem do JJ, segunda-feira à noite, no plenário da Câmara Municipal, durante a reunião semanal do grupo Ação Pró-Jundiá, sobre o fato de a prefeitura usar o cascalho da Serra do Japi para asfaltar ruas. E defendeu a idéia. Em contato com o jornal ontem, ele disse que se referia à antiga cascalheira da Fazenda Ermida, que funcionou durante a primeira administração Benassi. A pergunta, no entanto, foi feita de forma genérica, sobre o uso do cascalho da serra para asfalto. E isso incluía o cascalho da Fazenda Japi. Sérgio Del Porto disse que sempre chamou a cascalheira da Fazenda Japi de mineradora. “Eu não posso concordar com a mineração da Fazenda Japi. Eu estava falando da outra”, disse.